

SUMÁRIO

PARTE I	
INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL	
CAPÍTULO I	
INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL.....	47
1. Objeto do Direito Civil	47
1.1. Conteúdo do Direito Civil	48
1.2. Ordem de sistematização do Código Civil	49
2. Novos paradigmas do Código Civil Brasileiro.....	49
2.1. Sistema aberto	50
2.1.1. Cláusulas gerais	50
2.1.2. Conceitos legais indeterminados	50
2.2. Mitigação da concepção privatista do Direito Civil	51
3. A constitucionalização e os princípios constitucionais do direito civil	51
3.1. Noções preliminares.....	51
3.2. Consequências da constitucionalização do Direito Civil.....	54
3.2.1. Dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III).....	59
3.2.2. Livre iniciativa e legalidade (CF, arts. 1º, IV e 5º, II).....	60
3.2.3. Princípio da isonomia (CF, art. 5º, <i>caput</i> e inciso I)	60
3.2.4. Função social da propriedade e redução das desigualdades (arts. 5º, XXIII e 170, III e VII)	60
3.2.5. Livre manifestação do pensamento (CF, arts. 5º, IV e 220)	61
3.2.6. Intervenção do Estado na Economia.....	61
3.2.7. Outros princípios constitucionais.....	61
4. A despatrimonialização do direito civil.....	61
5. A unidade do direito privado.....	62
6. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	62
6.1. Vigência da lei no tempo	63
6.1.1. Início da vigência da lei.....	63
6.1.1.1. Lei parcialmente vetada	64
6.1.2. Fim da vigência da lei	65
6.1.2.1. Revogação da lei.....	66
6.1.2.2. Ab-rogação e derrogação	66
6.1.2.3. Princípio da especialidade.....	66
6.1.2.4. A intertemporalidade do direito e as antinomias jurídicas...	67
6.1.2.5. Repristinação	68
6.2. Proibição de descumprimento da lei	69
6.3. Regras de integração do direito.....	70
6.3.1. Analogia.....	71
6.3.2. Costume	71
6.3.3. Princípios gerais de direito	73
6.3.4. Equidade.....	73
6.3.5. Ordem de aplicação dos métodos de integração.....	74
6.4. Regras de interpretação do direito	74
6.5. Aplicação da lei no tempo	75
6.5.1. Ato jurídico perfeito	78
6.5.2. Direito adquirido	79
6.5.3. Coisa julgada.....	81
6.5.3.1. Relativização da coisa julgada.....	81
6.6. Aplicação da lei no espaço.....	83
6.6.1. Aplicação da lei no espaço quanto às pessoas	83
6.6.2. Vigência da lei no espaço quanto aos bens	84
6.6.3. Vigência da lei no espaço quanto aos fatos jurídicos	85
6.6.4. Vigência da lei no espaço quanto às sucessões.....	86
6.6.5. Restrições aos direitos de estrangeiros.....	86

6.6.6. Normas interespeciais quanto ao registro civil de pessoas naturais	86
6.6.7. Proibição de reenvio (LINDB, art. 16)	87
7. Quadro sinótico	88
8. Súmulas e enunciados	94
8.1. Súmulas do STF	94
8.2. Súmulas do STJ	94
8.3. Enunciados das Jornadas do CJF	94
9. Questões	94
10. Gabarito	95
10.1. Gabarito da questão dissertativa	95

PARTE II PARTE GERAL

CAPÍTULO I

PESSOAS NATURAIS	99
1. Personalidade (capacidade de aquisição de direitos)	99
1.1. Início da personalidade	99
1.2. Considerações especiais sobre o nascituro e o Embrião	101
1.2.1. Nascituro	101
1.2.2. Embrião	102
1.2.2.1. Natureza jurídica	102
1.2.2.2. Formação do embrião	103
1.3. Registro público das pessoas naturais	107
1.3.1. Averbação	108
1.4. Estado da pessoa natural	108
2. Capacidade de fato (capacidade de exercício de direitos)	110
2.1. Noções gerais	110
2.1.1. Capacidade e legitimidade (ou legitimação civil)	110
2.1.2. A figura do representante/assistente e a questão da substituição ...	110
2.2. Incapacidade	111
2.2.1. Incapacidade absoluta	111
2.2.1.1. Senectude	112
2.2.2. Incapacidade relativa	113
2.2.3. Cessação da incapacidade	118

3. Fim da personalidade	121
3.1. Morte real	121
3.2. Morte presumida	122
3.2.1. Morte civil	123
3.3. Ausência	123
3.3.1. Disposições gerais	123
3.3.2. Curatela do ausente	124
3.3.3. Sucessão provisória	125
3.3.3.1. Cessação da ausência	126
3.3.4. Sucessão definitiva	127
3.3.4.1. Aparecimento do ausente após a sucessão definitiva ...	127
3.3.5. Vacância da herança do ausente	128
3.4. Comori�ncia	128
4. Domicílio da pessoa natural	129
4.1. Domicílio e residência. Conceito e distinção	129
4.2. Espécies de domicílio	130
4.2.1. Domicílio voluntário	130
4.2.2. Domicílio profissional	130
4.2.3. Domicílio aparente, ocasional ou eventual	130
4.2.4. Domicílio legal ou necessário	130
4.2.5. Domicílio convencional ou de eleição	131
4.3. Mudança de domicílio	132
5. Quadro sinótico	132
6. Súmulas e enunciados	135
6.1. Súmulas do Supremo Tribunal Federal	135
6.2. Enunciados das Jornadas do CJF	135

CAPÍTULO II

DIREITOS DA PERSONALIDADE	137
1. Considerações gerais	137
1.1. Formas de visualização dos direitos da personalidade	137
1.2. Conceito	139
2. Os direitos da personalidade no Código Civil de 2002	139
2.1. Características dos direitos da personalidade	139
2.1.1. Intransmissibilidade	139

2.1.2. Irrenunciabilidade e inalienabilidade	140	5. Súmulas e enunciados	189
2.1.3. Imprescritibilidade.....	141	5.1. Súmulas do STJ	189
2.1.4. Vitaliciedade	141	5.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	189
2.1.5. Extrapatrimonialidade.....	142	6. Questões.....	191
2.1.5.1. Impenhorabilidade e inexpropriabilidade	142	7. Gabarito.....	191
2.1.6. Oponibilidade <i>erga omnes</i>	142	CAPÍTULO III	
2.1.7. Quadro-resumo das características dos direitos da personalidade.....	143	PESSOAS JURÍDICAS	193
2.2. Tutela preventiva e repressiva dos direitos da personalidade	143	1. Natureza e conceito.....	193
3. Rol exemplificativo de direitos da personalidade.....	144	2. Elementos caracterizadores da pessoa jurídica.....	195
3.1. Direito à vida	144	3. Características das pessoas jurídicas	196
3.1.1. Direito à integridade física.....	146	4. Classificação legal das pessoas jurídicas....	197
3.2. Direito ao nome, suas características e possibilidades de alteração.....	149	5. Constituição da pessoa jurídica	200
3.3. Direito à imagem	155	5.1. Elementos do registro	202
3.3.1. O direito à imagem e o problema das biografias não autorizadas	158	6. Responsabilidade da pessoa jurídica por atos dos seus administradores.....	203
3.3.2. Direito de resposta	159	7. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público interno	204
3.4. Direito à vida privada	161	7.1. Modalidade do risco	205
3.4.1. Direito ao esquecimento	163	7.2. Participação do agente	206
3.5. Direito à livre manifestação do pensamento e liberdade de imprensa.....	167	7.3. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público por atos omissivos.....	206
3.5.1. A privacidade e a liberdade de expressão no ambiente da internet...	170	8. Administração da pessoa jurídica	209
3.5.1.1. Responsabilidade dos provedores	171	9. Desconsideração da personalidade jurídica.....	209
3.5.1.2. A velocidade no tráfego de informações	172	9.1. Forma de decretação da desconsideração da pessoa jurídica	210
3.5.1.3. Redes sociais.....	173	9.2. Requisitos para a declaração da desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil de 2002	210
3.5.1.4. A internet e o seu marco civil (Lei 12.965/2014).....	174	9.2.1. Teorias maior e menor na desconsideração da personalidade jurídica	212
3.6. Direitos autorais	178	9.3. Consequências da desconsideração da personalidade jurídica.....	214
3.6.1. Noções gerais	178	9.4. Desconsideração inversa	216
3.6.2. Classificação dos direitos autorais.....	180	9.5. Grupos econômicos	216
3.6.3. Consequências da violação dos direitos autorais.....	182	10. Dissolução da pessoa jurídica.....	217
4. Quadro sinótico	187	11. Proteção dos direitos da personalidade da pessoa jurídica	217
		12. Pessoas jurídicas em espécie.....	220
		12.1. Associações e sociedades e suas distinções.....	220

12.1.1. Regramento das associações...	221	2.2.5. Dos bens públicos e particulares.....	249
12.1.2. Sociedades limitadas unipessoais	222	3. Bens de família e outros bens impenhoráveis.....	252
12.2. Fundações. Conceito	222	3.1. Bem de família.....	252
12.2.1. Destinação	222	3.1.1. Bem de família convencional.....	252
12.2.2. Criação, alteração e extinção da fundação	223	3.1.2. Bem de família legal	253
12.2.3. Atuação do Ministério Público....	223	3.2. Outras hipóteses de impenhorabilidade	259
12.3. Organizações religiosas e partidos políticos	224	4. Coisas fora do comércio	261
12.4. Quadro comparativo das pessoas jurídicas de direito privado	225	5. Quadro sinótico	262
13. Entes despersonalizados	225	6. Súmulas e enunciados	265
14. Domicílio da pessoa jurídica	226	6.1. Súmulas do STJ	265
15. Quadro sinótico	226	6.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	265
16. Súmulas e Enunciados	230	7. Questões.....	265
16.1. Súmulas do STJ	230	8. Gabarito.....	266
16.2. Enunciados das Jornadas do CJF	230		
CAPÍTULO IV		CAPÍTULO V	
BENS JURÍDICOS	233	FATOS JURÍDICOS.....	267
1. Noções gerais	233	1. Fatos jurídicos.....	267
1.1. Os bens como elementos componentes da relação jurídica	233	2. Efeitos dos fatos jurídicos – a autonomia da vontade e a mitigação do voluntarismo jurídico	268
1.2. Diferenças entre bens e coisas	233	3. Espécies de fatos jurídicos.....	270
1.3. Conceito de bens.....	234	3.1. Fatos jurídicos naturais ou em sentido estrito	270
2. Classificação geral dos bens	235	3.2. Atos jurídicos	271
2.1. Bens considerados em si mesmos	236	3.2.1. Atos jurídicos <i>stricto sensu</i> ou não negociais.....	271
2.1.1. Bens móveis e imóveis	236	3.2.1.1. Atos-fatos jurídicos	272
2.1.1.1. Bens imóveis.....	236	3.2.2. Atos jurídicos negociais ou negócios jurídicos.....	273
2.1.1.2. Bens móveis.....	238	4. Classificações dos negócios jurídicos.....	274
2.1.2. Bens fungíveis e consumíveis.....	240	4.1. Pelo número de partes	274
2.1.2.1. Bens divisíveis e indivisíveis	241	4.2. Pela tipicidade	275
2.1.2.2. Bens singulares e coletivos...	243	4.3. Pelos efeitos	275
2.2. Dos bens reciprocamente considerados	244	4.4. Pelo tempo em que devam produzir efeitos	277
2.2.1. Pertenças	245	4.5. Pela causa do negócio	278
2.2.2. Frutos e produtos	246	4.6. Pela causa da atribuição patrimonial	278
2.2.3. Benfeitorias	247	4.7. Pela forma	279
2.2.4. Acréscimos e melhoramentos naturais ou administrativos.....	248	4.8. Outras classificações.....	279
		5. Interpretação dos negócios jurídicos.....	280
		6. Representação	283

6.1. Noções introdutórias.....	283	4.2.2.1. Espécies de condições lícitas	311
6.2. Limites ao exercício da representação e a teoria da aparência	283	4.2.2.2. Espécies de condições ilícitas.....	314
6.3. Negócio consigo mesmo.....	284	4.2.3. Obstáculo malicioso e indução maliciosa ao implemento da condição.....	316
7. Quadro sinótico	285	4.2.4. Direitos do titular do direito eventual	317
8. Súmulas e enunciados	289	4.3. Termo	317
8.1. Enunciados das Jornadas do CJF.....	289	4.3.1. Conceito e classificações	317
CAPÍTULO VI		4.3.2. Prazos	318
ELEMENTOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	291	4.3.3. Fixação didática das distinções entre condição e termo	319
1. Elementos do negócio jurídico	291	4.4. Encargo.....	319
1.1. Gráfico: Escada Ponteano	292	5. Quadro sinótico	320
2. Plano de existência.....	292	6. Súmulas e enunciados	323
2.1. O agente	292	6.1. Súmulas do STJ	323
2.2. A vontade	293	6.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	323
2.2.1. Declaração de vontade e manifestação de vontade	294	7. Questões.....	323
2.2.2. Sentença substitutiva da vontade	294	8. Gabarito.....	323
2.2.3. Efeitos vinculativo e liberatório do silêncio.....	295		
2.3. O objeto.....	295	CAPÍTULO VII	
2.3.1. A causa como elemento integrante do objeto do negócio jurídico.....	296	DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	325
2.4. A forma.....	298	1. Introito.....	325
2.4.1. Classificações da forma	299	1.1. Princípio da conservação do negócio jurídico	325
2.5. Conclusão	300	1.2. Forma de demonstração dos defeitos dos negócios jurídicos	330
3. Plano de validade	300	2. Erro ou ignorância	330
3.1. Agente capaz	300	2.1. Conceito	330
3.1.1. Legitimidade do agente	302	2.2. Características do erro como vício gerador da anulabilidade do negócio.....	330
3.2. Vontade livre, consciente e de boa-fé	302	2.2.1. Erro substancial ou essencial.....	330
3.2.1. Reserva mental	303	2.2.2. Erro escusável.....	332
3.3. Objeto lícito, possível, determinado ou determinável	304	2.3. Modalidades de erro que não anulam o negócio	334
3.4. Forma prescrita ou não defesa em lei.....	306	2.4. Falso motivo	335
4. Plano de eficácia.....	307	2.5. Erro por representação.....	335
4.1. Noções introdutórias.....	307	3. Dolo	335
4.2. Condição.....	309	3.1. Conceito	335
4.2.1. Conceito e noções gerais.....	309	3.2. Dolo comissivo.....	336
4.2.2. Classificação das condições	310	3.3. Dolo omissivo	336

3.4. Dolo accidental.....	336	2.1.3. Impossibilidade de confirmação ou convalidação	357
3.5. Dolo de terceiro.....	336	2.1.4. Imprescritibilidade da ação declaratória de nulidade	357
3.6. Dolo recíproco	337	2.1.5. Desnecessidade de demanda judicial para desoneração do devedor.....	358
4. Coação.....	338	2.1.6. Efeitos <i>ex tunc</i>	359
4.1. Conceito	338	2.1.7. Princípio da consequencialidade.....	360
4.2. Elementos caracterizadores da coação	338	2.2. Casos de nulidade.....	360
4.3. Ameaça de exercício regular de direito e temor reverencial.....	339	2.2.1. Incapacidade absoluta do agente.....	360
4.4. Coação exercida por terceiro.....	339	2.2.2. Objeto ilícito, impossível ou indeterminável	361
5. Lesão	340	2.2.3. Ilícitude do motivo determinante, comum a ambas as partes	362
5.1. Conceito e caracterização.....	340	2.2.4. Ausência da forma prescrita em lei ou inobservância de solenidade que a lei considere essencial à validade do negócio	362
5.2. Espécies de lesão.....	340	2.2.5. Objetivo de fraudar lei imperativa	363
5.3. Efeitos da invalidade do negócio pela lesão	341	2.2.6. Negócio que a lei taxativamente declara nulo, ou proíbe a prática, sem cominar sanção....	363
5.4. Diferenças entre a lesão e outros institutos	342	2.2.7. Simulação	364
6. Estado de perigo.....	343	3. Anulabilidade (invalidade relativa)	368
6.1. Conceito	343	3.1. Características da anulabilidade	368
6.2. Elementos caracterizadores	343	3.1.1. Geração de efeitos até a efetiva desconstituição.....	368
6.3. Consequências da invalidade decorrente do estado de perigo.....	344	3.1.2. Legitimidade para arguição	369
7. Fraude contra credores	345	3.1.3. Possibilidade de confirmação e cumprimento do negócio	370
7.1. Conceito e espécies	345	3.1.3.1. Redução do negócio jurídico.....	371
7.2. Ação pauliana	347	3.1.4. Caráter não vitalício da demanda anulatória	371
7.2.1. Comentários sobre a fraude à execução	347	3.1.5. Necessidade de demanda judicial anulatória para desoneração do devedor.....	372
7.3. Concurso de credores.....	348	3.1.6. Efeitos <i>ex tunc</i>	372
8. Quadro sinótico	349	3.1.7. Casos de anulabilidade	373
9. Súmulas e enunciados	352	4. A crise da teoria das invalidades	374
9.1. Súmulas do STJ	352	5. Quadro sinótico	376
9.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	352		
10. Questões.....	352		
10.1. Questões objetivas	352		
11. Gabarito.....	353		
CAPÍTULO VIII			
INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	355		
1. Noções introdutórias	355		
2. Nulidade (invalidade absoluta).....	355		
2.1. Características da nulidade.....	355		
2.1.1. Inexistência de efeitos jurídicos	355		
2.1.2. Reconhecimento <i>ex officio</i> e legitimidade a qualquer interessado ...	356		

6. Súmulas e enunciados	378	3. Elementos do ato ilícito	408
6.1. Súmulas do STJ	378	3.1. O agente	408
6.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	378	3.2. Conduta culposa	410
7. Questões.....	379	3.2.1. Graus de culpa	410
7.1. Questões objetivas	379	3.3. O prejuízo	411
8. Gabarito.....	380	3.4. O nexo de causalidade.....	423
CAPÍTULO IX		4. Abuso de direito	423
PROVA DOS FATOS JURÍDICOS	381	4.1. Noções introdutórias.....	423
1. Conceito de prova	381	4.2. Conceito e natureza jurídica	425
2. A importância do estudo da prova no		4.3. Aplicações práticas do abuso de	
Direito Material	381	direito	426
2.1. Dimensões da prova no plano		4.3.1. Proibição de atos emulatórios... ..	426
material	382	4.3.2. <i>Supressio e surrectio</i>	427
2.1.1. Proteção dos direitos		4.3.3. <i>Venire contra factum proprium</i>	428
fundamentais do cidadão como		4.3.4. <i>Tu quoque</i>	429
elemento limitador do direito à prova ...	383	4.3.5. Abuso do direito de	
2.1.1.1. Alcance dos efeitos		cobrança e abuso do direito de ação... ..	430
da ilicitude das provas	384	4.3.6. Spam.....	433
2.1.1.2. Provas consideradas		5. Excludentes da responsabilidade civil	
ilícitas.....	385	decorrente de ato ilícito	434
2.1.2. A prova no cotidiano não		6. Quadro sinótico	435
processual	391	7. Súmulas e enunciados	437
2.1.3. Precaução dos agentes em		7.1. Súmulas do STF.....	437
relação a eventual necessidade		7.2. Súmulas do STJ	437
de defesa de direitos	392	7.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	437
3. Objeto da prova.....	393	CAPÍTULO XI	
4. Meios de prova	395	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	439
4.1. Confissão	395	1. Noções introdutórias.....	439
4.2. Documento.....	396	2. Diferenças entre prescrição e decadência.....	440
4.2.1. Conceito	396	2.1. Diferenças entre prescrição e	
4.2.2. Documento público	396	decadência quanto aos efeitos.....	441
4.2.3. Documento particular	398	2.2. Termo inicial dos prazos de	
4.3. Testemunha	402	prescrição e decadência	443
4.4. Presunção	403	3. Hipóteses especiais de prescrição	446
4.5. Perícia	404	3.1. Prescrição para a Fazenda Pública	446
5. Quadro sinótico	404	3.2. Prescrição nas prestações sucessivas....	448
6. Súmulas e enunciados	406	3.3. Prescrição intercorrente	449
6.1. Súmulas do STJ	406	3.4. Pretensões imprescritíveis.....	451
6.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	406	3.5. Prescrição extintiva e prescrição	
CAPÍTULO X		aquisitiva	453
ATOS ILÍCITOS	407	4. Espécies de decadência	453
1. Noções introdutórias.....	407		
2. Conceito	408		

4.1. Decadência legal.....	453
4.2. Decadência convencional.....	453
4.3. Pretensões perpétuas.....	454
5. Prescrição e decadência nos direitos reais....	455
6. Equivalência temporal entre a prescrição da pretensão e da exceção.....	456
7. Regra de transição para os novos prazos...	457
8. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição.....	459
8.1. Causas que impedem ou suspendem a prescrição.....	459
8.2. Causas que interrompem a prescrição	463
8.3. Legitimados à interrupção da prescrição	465
9. Prazos de prescrição e decadência	466
9.1. Prescrição	466
9.2. Decadência	475
10. Quadro sinótico	476
11. Súmulas e enunciados	479
11.1. Súmulas do STF.....	479
11.2. Súmulas do STJ	479
11.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	479
12. Questões.....	480
13. Gabarito.....	481
14. Anexo – Principais prazos relativos à Parte Geral do Código Civil	482

PARTE III DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I	
OBRIGAÇÕES EM GERAL.....	487
1. Noções introdutórias	487
2. Conceito e breve evolução histórica.....	487
2.1. Diferenças entre direitos pessoais e reais.....	489
2.1.1. Características dos direitos pessoais.....	489
2.2. Características dos direitos reais	490
3. Elementos da obrigação	492
3.1. Elementos essenciais da obrigação ...	492

3.1.1. Partes ou sujeitos (elemento subjetivo)	492
3.1.2. Prestação ou objeto (elemento objetivo).....	495
3.1.3. Vínculo (elemento espiritual)	496
3.1.3.1. Vínculo e tutela das obrigações	497
3.1.3.2. Tutela pessoal e patrimonial das obrigações	502
3.2. Eficácia das obrigações e seus elementos acidentais	504
3.2.1. Elementos acidentais das obrigações	504
4. Fontes das obrigações	505
5. Classificação das obrigações.....	505
6. Princípios gerais do Direito das Obrigações.....	509
7. Quadro sinótico	511
8. Súmulas e enunciados	514
8.1. Súmulas do STJ	514
9. Questões.....	514
10. Gabarito.....	515

CAPÍTULO II	
CLASSIFICAÇÃO LEGAL DAS OBRIGAÇÕES.....	517
1. Classificação quanto à finalidade da prestação.....	517
1.1. Obrigações de dar.....	517
1.1.1. Obrigações de dar coisa certa ...	518
1.1.1.1. Perda e deterioração da coisa objeto da obrigação.....	518
1.1.1.2. Melhoramentos e acréscimos antes da tradição	520
1.1.2. Obrigações de restituir coisa certa	520
1.1.2.1. Melhoramentos e acréscimos antes da restituição	521
1.1.3. Obrigações de dar coisa incerta....	522
1.1.3.1. Concentração.....	522
1.1.4. Obrigações pecuniárias	523
1.2. Obrigações de fato (fazer e não fazer)	526
1.2.1. Obrigações de fazer	526

1.2.2. Obrigações de não fazer	527	4.1.2.4. Autonomia dos devedores solidários.....	539
2. Classificação quanto ao modo de execução da prestação	528	4.1.2.5. Impossibilidade da prestação	539
2.1. Obrigações alternativas	528	4.1.2.6. Unidade da obrigação.....	540
2.1.1. Impossibilidade de uma das prestações.....	529	4.1.2.7. Oponibilidade apenas de exceções pessoais.....	540
2.1.2. Impossibilidade de todas as prestações.....	530	4.1.2.8. Pagamento da dívida por um dos devedores.....	541
2.1.2.1. Por culpa do devedor	530	4.1.2.9. Rateio em caso de insolvência de um dos devedores ..	541
2.1.2.2. Sem culpa do devedor	530	4.1.2.10. Obrigação de interesse exclusivo de um dos codevedores	541
3. Classificação quanto à natureza do objeto da prestação.....	530	4.1.3. Responsabilidade subsidiária	542
3.1. Obrigações divisíveis e indivisíveis	531	5. Quadro sinótico	545
3.1.1. Obrigação divisível.....	531	6. Súmulas e enunciados	545
3.1.2. Obrigação indivisível.....	532	6.1. Súmulas do STJ	545
3.1.2.1. Pluralidade de devedores ..	532	6.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	545
3.1.2.2. Pluralidade de credores.....	532	7. Questões.....	546
3.1.2.3. Perda da indivisibilidade....	533	8. Gabarito.....	546
4. Classificação quanto aos sujeitos	533	CAPÍTULO III	
4.1. Obrigações solidárias.....	534	TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	549
4.1.1. Solidariedade ativa	535	1. Noções introdutórias.....	549
4.1.1.1. Exoneração do devedor	535	2. Cessão de crédito	550
4.1.1.2. Exoneração total ou parcial	535	2.1. Conceito	550
4.1.1.3. Falecimento do credor solidário	535	2.2. Espécies	551
4.1.1.4. Conversão da obrigação em perdas e danos.....	536	2.3. Cessão dos acessórios	551
4.1.1.5. Remissão da dívida por um dos credores	536	2.4. Eficácia da cessão de créditos	552
4.1.1.6. Recebimento da dívida por um dos credores.....	536	2.5. Efeitos da cessão de crédito	553
4.1.1.7. Princípio da inoponibilidade das exceções pessoais	536	3. Assunção de dívida	556
4.1.2. Solidariedade passiva	537	3.1. Conceito	556
4.1.2.1. Falecimento de um dos devedores solidários.....	538	3.2. Características da assunção de dívida	557
4.1.2.2. Pagamento parcial feito por um dos devedores	538	3.3. Modalidades de assunção de dívida..	557
4.1.2.3. Remissão da dívida em favor de um dos devedores. Diferenças quanto à renúncia/exoneração.....	538	3.4. Efeitos da assunção de dívida.....	558
		4. Cessão de posição contratual (cessão de contrato).....	559
		4.1. Conceito	559
		4.2. Diferenças entre a cessão da posição contratual e a cessão de crédito	559
		4.3. Casos de cessão da posição contratual	560

4.4. Casos de impossibilidade da cessão de posição contratual	562	3.1.1. Casos de consignação	585
5. Quadro sinótico	563	3.1.2. Forma da consignação	587
6. Súmulas e enunciados	564	3.1.3. Efeitos da consignação	589
6.1. Súmulas do STJ	564	3.2. Pagamento com sub-rogação	589
6.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	564	3.2.1. Conceito de sub-rogação	589
7. Gabarito da questão dissertativa.....	565	3.2.2. Espécies de sub-rogação.....	591
		3.2.2.1. Sub-rogação legal	591
		3.2.2.2. Sub-rogação convencional....	593
		3.2.3. Efeitos da sub-rogação	594
		3.3. Imputação do pagamento	594
		3.4. Dação em pagamento.....	596
		3.4.1. Regras sobre a dação em pagamento	596
		4. Outras formas de extinção das obrigações ...	598
		4.1. Novação.....	598
		4.1.1. Noções introdutórias	598
		4.1.2. Espécies de novação.....	600
		4.1.3. Regras da novação	602
		4.2. Compensação	604
		4.2.1. Conceito e espécies	604
		4.2.2. Requisitos da compensação	606
		4.2.3. Regras sobre a compensação	607
		4.3. Confusão.....	609
		4.4. Remissão das dívidas.....	610
		5. Quadro sinótico	612
		6. Súmulas e enunciados	615
		6.1. Súmulas do STF.....	615
		6.2. Súmulas do STJ	615
		6.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	615
		7. Questões.....	615
		8. Gabarito.....	616
		CAPÍTULO V	
		DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES....	617
		1. Inadimplemento das obrigações	617
		1.1. Disposições gerais sobre o descumprimento	617
		1.1.1. Inadimplemento absoluto	618
		1.1.1.1. Inadimplemento absoluto nas relações de consumo ...	619
		1.1.2. Inadimplemento relativo (mora).....	619
4.4. Casos de impossibilidade da cessão de posição contratual	562		
5. Quadro sinótico	563		
6. Súmulas e enunciados	564		
6.1. Súmulas do STJ	564		
6.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	564		
7. Gabarito da questão dissertativa.....	565		
CAPÍTULO IV			
ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	567		
1. Noções introdutórias	567		
2. Pagamento.....	568		
2.1. Conceito e natureza jurídica	568		
2.2. Quem deve pagar (<i>solvens</i>)	569		
2.2.1. Transmissão de propriedade	570		
2.2.1.1. Propriedade aparente e boa-fé	570		
2.3. A quem se deve pagar (<i>accipiens</i>)	572		
2.3.1. Credor putativo	572		
2.3.2. Pagamento de crédito penhorado ou impugnado.....	573		
2.4. Objeto do pagamento	574		
2.4.1. Dívidas em dinheiro.....	576		
2.4.1.1. Proibição de contratos em ouro ou em moeda estrangeira	576		
2.4.2. Revisão judicial por fato superveniente	577		
2.5. Prova do pagamento	579		
2.5.1. Quitação	579		
2.5.1.1. Forma da quitação.....	579		
2.5.1.2. Quitação de capital sem reserva de juros	580		
2.5.2. Despesas com a quitação	580		
2.5.3. Efeitos da quitação	581		
2.5.4. Pagamento em medida ou peso...	581		
2.6. Lugar do pagamento.....	581		
2.7. Tempo do pagamento.....	583		
2.7.1. Obrigações condicionais, a termo ou modais	583		
2.7.2. Vencimento antecipado.....	584		
3. Pagamentos especiais.....	584		
3.1. Pagamento em consignação	585		

1.1.2.1. Espécies de mora.....	620	6. Arras ou sinal.....	670
1.1.2.2. Regras específicas sobre a mora	623	6.1. Conceito	670
1.1.2.3. Purgação da mora.....	624	6.1.1. Espécies	671
1.1.2.4. Inadimplemento no compromisso de compra e venda ..	628	7. Quadro sinótico	673
1.1.3. Inadimplemento mínimo ou adimplemento substancial	629	8. Súmulas e enunciados	678
1.1.4. Violação positiva do contrato	632	8.1. Súmulas do STF.....	678
1.1.5. Inadimplemento nas obrigações negativas	634	8.2. Súmulas do STJ	678
1.1.6. Inadimplemento eficiente (<i>efficient breach</i>)	634	8.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	680
2. Responsabilidade patrimonial	636	9. Questões.....	680
3. Inadimplemento e responsabilidade contratual	636	9.1. Questões objetivas	680
3.1. Caso fortuito e força maior.....	637	10. Gabarito.....	681
3.2. Perdas e danos	643		
3.2.1. Relação de causalidade	644	CAPÍTULO VI	
3.2.2. Atualização monetária das perdas e danos	645	OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE	
4. Juros legais	646	ATOS OU NEGÓCIOS UNILATERAIS.....	683
4.1. Taxa legal	646	1. Noções introdutórias.....	683
4.1.1. Juros e atualizações nas desapropriações	650	2. Promessa de recompensa	683
4.1.2. Capitalização.....	651	3. Gestão de negócios	684
4.1.3. Outros encargos legais	654	4. Pagamento indevido.....	686
4.1.3.1. Correção monetária.....	654	4.1. Noções introdutórias.....	686
4.1.3.2. Comissão de permanência ...	655	4.2. Regras sobre o pagamento indevido	690
4.1.3.3. Taxas diversas	657	4.2.1. Recebimento indevido de imóvel.....	690
5. Cláusula penal	659	4.2.2. Recebimento indevido como parte de dívida verdadeira	690
5.1. Conceito	659	4.2.3. Cumprimento indevido de obrigação de fazer ou não fazer	690
5.2. Espécies	660	4.2.4. Pagamento de dívida prescrita ou de obrigação natural	690
5.2.1. Cláusula penal moratória	660	4.2.5. Pagamento dado para obtenção de fins ilícitos, imorais ou proibidos	690
5.2.2. Cláusula penal compensatória ..	662	5. Enriquecimento sem causa.....	691
5.3. Limite da cláusula penal	664	5.1. Desvio contratual (lucro da intervenção)	695
5.4. Cláusula penal nas obrigações indivisíveis	665	6. Quadro sinótico	697
5.5. Redução cogente da cláusula penal pela proporcionalidade do cumprimento ou pela excessividade de seu montante	665	7. Súmulas e enunciados	700
5.5.1. Cláusulas de decaimento.....	668	7.1. Súmulas do STF.....	700
		7.2. Súmulas do STJ	700
		7.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	700

CAPÍTULO VII**INSOLVÊNCIA – AS PREFERÊNCIAS E****OS PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS..... 701**

1. Insolvência – Conceito.....	701
1.1. Declaração de insolvência	701
2. Preferências e privilégios creditórios.....	702
2.1. Efeitos e regras legais das preferências.....	703
3. Quadro sinótico	704
4. Súmulas e enunciados.....	704

CAPÍTULO VIII**RESPONSABILIDADE CIVIL..... 705**

1. Explicação preliminar	705
2. Noções introdutórias à responsabilidade civil	705
2.1. Autonomia da responsabilidade civil com relação à responsabilidade criminal.....	707
3. Elementos da responsabilidade civil	709
3.1. Ato danoso	709
3.1.1. Ato danoso com culpa	709
3.1.2. Ato danoso sem culpa	710
3.2. Prejuízo.....	713
3.3. O nexo causal e as várias teorias sobre a causalidade.....	715
4. Classificações da responsabilidade.....	721
4.1. Responsabilidade contratual e extracontratual.....	721
4.2. Responsabilidade subjetiva e objetiva.....	722
4.2.1. Responsabilidade por acidente do trabalho	723
4.2.2. Responsabilidade objetiva pura (ou própria) e impura (imprópria)	723
4.2.2.1. Responsabilidade <i>in vigilando, in eligendo e in custodiendo</i>	724
4.2.2.2. Responsabilidade pelo fato da coisa	729
4.2.3. Responsabilidade do credor pela demanda indevida.....	730
4.2.4. Responsabilidade pressuposta ..	731
4.3. Responsabilidade civil pelo dano ambiental	733

4.3.1. Incidência da responsabilidade objetiva	733
4.3.2. Modalidade do risco.....	735
4.3.3. Questões específicas quanto ao nexo de causalidade.....	736
5. Indenização	737
5.1. Conceito	737
5.2. Liquidação do dano	743
5.2.1. Liquidação de danos em casos específicos previstos no CC-2002	744
5.2.1.1. Indenização em caso de homicídio.....	744
5.2.1.2. Indenização em caso de lesão corporal ou outra ofensa à saúde.....	747
5.2.1.3. Cumulatividade das indenizações por homicídio, lesão corporal ou outra ofensa à saúde com benefícios previdenciários.....	749
5.2.1.4. Indenização por usurpação ou esbulho	750
5.2.1.5. Indenização em caso de injúria, difamação ou calúnia	750
5.2.1.6. Indenização por ofensa à liberdade pessoal	750
5.2.2. Responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais <i>versus</i> responsabilidade objetiva das empresas a que estejam vinculados....	751
6. Excludentes da responsabilidade civil	753
6.1. Excludentes da responsabilidade subjetiva.....	753
6.2. Excludentes da responsabilidade objetiva	754
6.3. Cláusula de não indenizar.....	756
7. Quadro sinótico	758
8. Súmulas e enunciados.....	762
8.1. Súmulas do STF.....	762
8.2. Súmulas do STJ	762
8.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	763
9. Questões.....	766
10. Gabarito.....	767
11. Anexo – Principais prazos relativos ao direito das obrigações	768

PARTE IV

TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

CAPÍTULO I

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS À TEORIA

CONTRATUAL 771

1. Introito..... 771
2. Conceito de contrato 774
3. Quadro sinótico 775

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS CONTRATUAIS..... 777

1. Introdução ao tema 777
2. Princípio da liberdade de contratar ou da autonomia da vontade 777
 - 2.1. Autonomia da vontade e autonomia privada 778
3. Princípio da função social do contrato 779
 - 3.1. Equivalência material 780
 - 3.1.1. Equivalência material e proteção do consumidor 780
 - 3.2. Aplicações práticas do princípio da função social dos contratos 783
 - 3.3. A Lei de Liberdade Econômica e a função social do contrato 786
4. Princípio da força vinculante dos contratos – *pacta sunt servanda* 787
5. Princípio da relatividade dos contratos 788
 - 5.1. Contratos *extra partes*..... 788
 - 5.1.1. Conceito 788
 - 5.1.2. Estipulação em favor de terceiro 788
 - 5.1.2.1. Partes..... 789
 - 5.1.2.2. Efeitos..... 789
 - 5.1.3. Promessa de fato de terceiro 789
 - 5.1.4. Contrato com pessoa a declarar .. 790
6. Princípio do consensualismo 791
7. Princípio da boa-fé 791
 - 7.1. A boa-fé e a sua evolução..... 792
 - 7.2. Funções do princípio da boa-fé objetiva..... 795
 - 7.2.1. Função interpretativa ou de concretização..... 795
 - 7.2.2. Função de complemento..... 795

7.2.2.1. Deveres anexos..... 796

7.2.3. Função de limitação 799

7.2.4. Função corretora 801

7.3. Aplicações derivadas da boa-fé 802

7.3.1. *Supressio e surrectio*..... 802

7.3.2. Proibição dos atos contraditórios 804

7.3.2.1. *Venire contra factum proprium*..... 804

7.3.2.2. *Tu quoque* 805

7.3.3. *Duty to mitigate the loss* 806

7.3.4. *Exceptio doli*..... 807

8. Quadro sinótico 808

9. Súmulas e enunciados 811

9.1. Súmulas do STJ 811

9.2. Enunciados das Jornadas do CJF..... 811

10. Questões..... 812

11. Gabarito..... 812

CAPÍTULO III

INTERPRETAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

DOS CONTRATOS 813

1. Noções conceituais sobre a interpretação contratual 813
 - 1.1. Interpretação subjetiva 813
 - 1.2. Interpretação objetiva 814
 - 1.2.1. Boa-fé objetiva e *exceptio doli*.... 814
 - 1.2.2. Interpretação restritiva dos atos de liberalidade 814
 - 1.2.3. Princípio da conservação do negócio jurídico..... 815
 - 1.2.4. Princípio da função social do contrato 815
 - 1.2.5. Interpretação dos contratos de adesão 815
2. Classificações dos contratos 816
 - 2.1. Típicos ou atípicos 816
 - 2.2. Bilaterais ou unilaterais 816
 - 2.3. Impessoais e pessoais..... 817
 - 2.4. Consensuais (ou não solenes) e formais (ou solenes) 817
 - 2.5. Consensuais ou reais 817
 - 2.6. Contratos de direito real..... 817
 - 2.7. Onerosos e gratuitos 817

2.8. Comutativos e aleatórios.....	818	6. Súmulas e enunciados.....	854
2.8.1. Regras sobre os contratos aleatórios que objetivam a translação da propriedade	818	6.1. Súmulas do STF.....	854
2.9. Contratos de execução imediata, de execução diferida e de trato sucessivo.....	820	6.2. Súmulas do STJ	854
2.10. Contratos principais e acessórios	820	6.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	854
2.11. Contratos paritários e de adesão.....	820	CAPÍTULO V	
2.12. Contratos cativos	822	VÍCIOS REDIBITÓRIOS E EVICÇÃO	855
2.13. Contratos coligados	824	1. Vícios redibitórios.....	855
2.14. Redes contratuais	827	1.1. Conceito	855
2.15. Autocontratos ou contratos consigo mesmo.....	829	1.2. Requisitos	856
2.16. Contratos evolutivos.....	829	1.3. Efeitos.....	857
2.17. Contratos derivativos.....	830	1.3.1. Disposições específicas quanto aos direitos decorrentes dos vícios redibitórios.....	858
3. Proibição do pacto sucessório	833	1.3.2. Prazos decadenciais e prescricionais das ações edilícias	858
4. Quadro sinótico	834	1.3.3. Vícios e defeitos nas relações de consumo.....	859
5. Súmulas e enunciados	836	2. Evicção.....	862
5.1. Súmulas do STJ	836	2.1. Conceito	862
5.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	836	2.2. Direitos do evicto	863
CAPÍTULO IV		2.3. Requisitos para caracterização da evicção.....	864
FORMAÇÃO DOS CONTRATOS.....	837	2.4. Regras e efeitos da evicção.....	865
1. Noções introdutórias	837	3. Quadro sinótico	866
2. Fase de pontuação (negociações preliminares)	838	4. Súmulas e enunciados.....	869
3. Fase de policitação (proposta de contrato).....	840	4.1. Súmulas do STJ	869
3.1. Contratos entre ausentes	841	4.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	869
3.1.1. Adoção da teoria da expedição pelo CC-2002	842	5. Questões.....	869
3.2. Contratos eletrônicos	842	5.1. Questões objetivas	869
3.3. Oferta	843	6. Gabarito.....	869
3.4. Aceitação	846	CAPÍTULO VI	
3.5. Lugar de celebração do contrato.....	847	EXTINÇÃO DO CONTRATO	871
4. Contrato preliminar	847	1. Noções introdutórias	871
4.1. Conceito e natureza jurídica	847	2. Resilição.....	872
4.2. Forma do contrato preliminar	848	2.1. Resilição bilateral (distrato)	873
4.3. Cláusula de arrependimento	848	2.2. Resilição unilateral.....	873
4.4. Inadimplemento do contrato preliminar	850	3. Resolução	875
4.5. Promessa unilateral	851	3.1. Resolução por inadimplemento	876
5. Quadro sinótico	851	3.1.1. Cláusula resolutiva.....	877
		3.1.2. Exceção de contrato não cumprido	879

3.1.3. Suspensão antecipada do cumprimento do contrato	881	3. Cláusulas especiais à compra e venda (pactos adjetos)	913
3.1.4. Exceção da ruína	882	3.1. Retrovenda	913
3.2. Resolução ou revisão por onerosidade excessiva	883	3.2. Venda a contento e venda sujeita à prova	915
3.2.1. Diferenciação com o sistema estatuído pelo Código de Defesa do Consumidor	885	3.2.1. Venda a contento	915
3.3. Resolução dos contratos imobiliários ...	887	3.2.2. Venda sujeita à prova	916
3.3.1. Resolução na incorporação imobiliária	888	3.3. Preempção ou preferência	916
3.3.2. Resolução no parcelamento do solo urbano	892	3.4. Venda com reserva de domínio	917
4. Rescisão	895	3.5. Venda sobre documentos	918
4.1. Rescisão como gênero	896	4. Promessa de compra e venda	919
4.2. Rescisão como resolução específica por inadimplemento culposo ..	896	5. Quadro sinótico	920
4.3. Rescisão como dissolução do vínculo formado com lesão ou estado de perigo	896	6. Súmulas e enunciados	923
4.4. Rescisão como forma de dissolver o vínculo contratual por circunstâncias contemporâneas à sua formação	896	6.1. Súmulas do STF	923
5. Quadro sinótico	897	6.2. Súmulas do STJ	924
6. Súmulas e enunciados	899	6.3. Enunciados das Jornadas do CJF	924
6.1. Súmulas do STJ	899	7. Questões	924
6.2. Enunciados das Jornadas do CJF	899	8. Gabarito	925
7. Questões	899	CAPÍTULO II	
8. Gabarito	900	TROCA OU PERMUTA	927
9. Anexo – Principais prazos relativos à Teoria Geral dos Contratos	900	1. Conceito e natureza jurídica	927
		2. Comutatividade	927
		3. Translação da propriedade	928
		4. Regras diversas	928
		5. Quadro sinótico	929
		CAPÍTULO III	
		CONTRATO ESTIMATÓRIO	931
		1. Conceito e natureza jurídica	931
		2. Principais regras do contrato estimatório	932
		3. Quadro sinótico	933
		4. Súmulas e enunciados	933
		4.1. Súmulas do STF	933
		4.2. Enunciados das Jornadas do CJF	933
		5. Questões	933
		6. Gabarito	934
		CAPÍTULO IV	
		DOAÇÃO	935
		1. Conceito	935
		1.1. Natureza jurídica	935
		2. Espécies de doação	936
		3. Principais regras sobre a doação	938

PARTE V CONTRATOS EM ESPÉCIE

CAPÍTULO I

COMPRA E VENDA 903

1. Conceito	903
1.1. Natureza jurídica	903
2. Regras da compra e venda	904
2.1. Sobre as partes	905
2.2. Sobre o objeto	909
2.3. Sobre o preço	912

4. Revogação da doação	941
5. Promessa de doação.....	944
6. Quadro sinótico	945
7. Súmulas e enunciados.....	947
7.1. Súmulas do STF.....	947
7.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	947
8. Questões.....	947
9. Gabarito.....	948

CAPÍTULO V

LOCAÇÃO.....	949
1. Conceito	949
2. Locação de coisas	950
2.1. Conceito e natureza jurídica	950
2.2. Obrigações das partes	950
2.2.1. Obrigações do locador.....	950
2.2.2. Obrigações do locatário.....	950
2.3. Direitos das partes.....	951
2.3.1. Direitos do locador	951
2.3.2. Direitos do locatário	951
2.4. Extinção do contrato	952
3. Locação predial (locação de imóveis urbanos – Lei 8.245/91)	952
3.1. Denúncia da locação pelo locatário... ..	954
3.2. Denúncia da locação pelo locador.....	955
3.2.1. Na locação residencial.....	955
3.2.2. Na locação não residencial	958
3.3. Deveres das partes na locação predial	961
3.4. Direito de preferência do locatário na alienação do prédio urbano..	964
4. Arrendamento	965
4.1. Considerações sobre o <i>leasing</i> financeiro	967
5. <i>Built to suit</i>	969
6. Quadro sinótico	971
7. Súmulas e enunciados.....	974
7.1. Súmulas do STF.....	974
7.2. Súmulas do STJ	975
7.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	975
8. Questões.....	975
9. Gabarito.....	976

CAPÍTULO VI

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	977
1. Conceito e natureza jurídica	977
2. Retribuição	978
3. Duração	979
4. Extinção	979
5. Quadro sinótico	982
6. Súmulas e enunciados.....	983
6.1. Súmulas do STJ	983

CAPÍTULO VII

EMPREITADA.....	985
1. Conceito	985
1.1. Natureza jurídica	985
2. Riscos na empreitada	985
3. Garantia da obra em caso de construção civil.....	986
4. Outras regras da empreitada.....	987
4.1. Sobre a remuneração	987
4.2. Suspensão do contrato	988
4.3. Recebimento da obra	989
4.4. Considerações sobre o autor do projeto.....	989
5. Quadro sinótico	990
6. Súmulas e enunciados.....	991
6.1. Enunciados das Jornadas do CJF.....	991

CAPÍTULO VIII

EMPRÉSTIMO.....	993
1. Conceito	993
2. Comodato	993
2.1. Conceito e natureza jurídica	993
2.2. Regras e efeitos do comodato	993
3. Mútuo.....	996
3.1. Conceito e natureza jurídica	996
3.2. Regras e efeitos	997
3.3. Considerações sobre o mútuo feneratício	998
3.3.1. O mútuo feneratício e as práticas usurárias	1000
4. Quadro sinótico	1001
5. Súmulas e enunciados.....	1003
5.1. Súmulas do STF.....	1003

5.2. Súmulas do STJ	1003		
5.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1003		
6. Questões.....	1003		
7. Gabarito.....	1004		
CAPÍTULO IX			
DEPÓSITO.....	1005		
1. Conceito e natureza jurídica	1005		
2. Espécies	1005		
3. Responsabilidade civil do depositário	1010		
4. Prisão civil.....	1010		
5. Quadro sinótico	1011		
6. Súmulas e enunciados	1012		
6.1. Súmulas do STJ	1012		
CAPÍTULO X			
NEGÓCIOS DE INTERMEDIÇÃO	1013		
1. Mandato	1013		
1.1. Conceito e natureza jurídica	1013		
1.2. Mandato e representação	1015		
1.3. Limites da representação conferida pelo mandato	1015		
1.3.1. Teoria da aparência	1016		
1.3.2. Cláusula-mandato.....	1017		
1.4. Obrigações do mandatário	1018		
1.5. Obrigações do mandante	1019		
1.6. Extinção do mandato.....	1020		
1.6.1. Irrevogabilidade do mandato	1022		
1.7. Mandato <i>ad iudicia</i>	1023		
1.7.1. Poderes gerais	1024		
1.7.2. Poderes especiais	1024		
1.7.3. Forma	1024		
1.7.4. Remuneração	1025		
2. Comissão	1025		
3. Agência e distribuição	1026		
4. Corretagem.....	1028		
5. Quadro sinótico	1032		
6. Súmulas e enunciados	1037		
6.1. Súmulas do STF.....	1037		
6.2. Súmulas do STJ	1037		
6.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1037		
7. Questões.....	1037		
8. Gabarito.....	1038		
		CAPÍTULO XI	
		TRANSPORTE	1039
		1. Conceito e natureza jurídica	1039
		2. Espécies	1040
		2.1. Transporte de pessoas.....	1040
		2.2. Transporte de coisas	1045
		2.3. Transporte cumulativo.....	1048
		3. Valor da indenização no extravio de bagagem e no atraso de voo em transporte aéreo internacional	1049
		4. Dano moral por acidentes de consumo em transporte aéreo	1051
		5. Quadro sinótico	1052
		6. Súmulas e enunciados	1055
		6.1. Súmulas do STF.....	1055
		6.2. Súmulas do STJ	1055
		6.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1055
		CAPÍTULO XII	
		SEGURO	1057
		1. Conceito e natureza jurídica	1057
		2. Elementos da apólice	1059
		3. O risco.....	1060
		3.1. Regras especiais sobre o risco	1062
		4. Boa-fé nas declarações constantes da apólice	1065
		5. Espécies de seguro	1067
		5.1. Seguro de dano.....	1067
		5.1.1. Valor da garantia.....	1067
		5.1.2. Extensão do risco.....	1069
		5.2. Seguro de pessoa.....	1072
		5.2.1. Seguro pessoal ou de terceiro ...	1078
		5.2.2. Beneficiário.....	1078
		5.2.3. Regras excludentes da cobertura.....	1079
		5.2.4. Seguro de pessoas em grupo.....	1082
		6. Quadro sinótico	1083
		7. Súmulas e enunciados	1087
		7.1. Súmulas do STF.....	1087
		7.2. Súmulas do STJ	1087
		7.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1087
		8. Questões.....	1088
		9. Gabarito.....	1088

CAPÍTULO XIII**CONSTITUIÇÃO DE RENDA 1089**

- 1. Conceito e natureza jurídica 1089
- 2. Principais regras 1089
- 3. Quadro sinótico 1090

CAPÍTULO XIV**JOGO E APOSTA 1091**

- 1. Conceito e natureza jurídica 1091
- 2. Regras proibitivas e permissivas 1092
- 3. Regras 1093
- 4. Quadro sinótico 1093
- 5. Súmulas e enunciados 1094
 - 5.1. Súmulas do STF 1094

CAPÍTULO XV**FIANÇA 1095**

- 1. Conceito e natureza jurídica 1095
- 2. Principais regras 1095
 - 2.1. Fiança sobre dívida futura 1095
 - 2.2. Fiança limitada e ilimitada 1096
 - 2.3. Fiança sobre obrigação inválida 1096
 - 2.4. Idoneidade do fiador 1097
 - 2.5. Fiança por tempo determinado ou indeterminado 1098
- 3. Extinção da fiança 1098
- 4. Penhorabilidade do imóvel residencial do fiador em contrato de locação 1100
- 5. Quadro sinótico 1101
- 6. Súmulas e enunciados 1102
 - 6.1. Súmulas do STJ 1102
 - 6.2. Enunciados das Jornadas do CJF 1102

CAPÍTULO XVI**TRANSAÇÃO 1103**

- 1. Conceito e natureza jurídica 1103
- 2. Elementos da transação 1104
 - 2.1. O acordo 1104
 - 2.2. O propósito de extinção ou prevenção do litígio 1104
 - 2.3. Reciprocidade das concessões 1105
 - 2.4. A incerteza 1105
- 3. Regras 1105

- 3.1. Procedimentos de transação 1106

- 4. Quadro sinótico 1109

- 5. Súmulas e enunciados 1110

- 5.1. Enunciados das Jornadas do CJF 1110

- 6. Questões 1110

- 7. Gabarito 1110

CAPÍTULO XVII**COMPROMISSO 1111**

- 1. Conceito 1111
- 2. Limitações ao compromisso 1112
- 3. Juízo arbitral 1113
- 4. Autonomia da cláusula compromissória ... 1117
- 5. Espécies de arbitragem 1117
- 6. Nulidade da arbitragem 1117
 - 6.1. Casos de nulidade 1119
- 7. Quadro sinótico 1120
- 8. Súmulas e enunciados 1120
 - 8.1. Súmulas do STJ 1120
- 9. Anexo – Principais prazos relativos aos contratos em espécie 1121

PARTE VI
DIREITO DAS COISAS

CAPÍTULO I**DIREITO DAS COISAS 1125**

- 1. Conceito e denominação 1125
- 2. Distinções entre os direitos reais e os direitos pessoais 1126
 - 2.1. Características dos direitos pessoais 1127
 - 2.2. Características dos direitos reais 1128
 - 2.3. Quadro comparativo 1128
- 3. Conteúdo do Direito das Coisas 1129
- 4. Quadro sinótico 1130

CAPÍTULO II**POSSE 1131**

- 1. Noções preliminares sobre a posse 1131
- 2. Importância da proteção da posse 1131
- 3. Teorias sobre a posse 1132
 - 3.1. Teoria subjetiva de Savigny 1133
 - 3.2. Teoria objetiva de Ihering 1133
 - 3.3. A teoria social de Saleilles 1134

4. Conceito de posse	1135	7.2. Desforço imediato	1166
4.1. Posse e detenção	1136	7.3. Direito aos frutos	1167
4.1.1. Detenção legal	1136	7.4. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa	1168
4.1.2. Atos que não induzem posse	1138	7.5. Direito às benfeitorias	1168
5. Classificações da posse	1141	7.5.1. Noções	1168
5.1. Posse direta e indireta	1141	7.5.2. Possuidor de boa-fé	1168
5.2. Composse	1143	7.5.3. Possuidor de má-fé	1169
5.3. Posse justa e injusta	1144	7.5.4. Natureza jurídica do direito de retenção	1169
5.3.1. Posse violenta	1145	7.5.4.1. Alegação do direito de retenção	1170
5.3.2. Posse clandestina	1145	7.5.4.2. Extensão do direito de retenção	1172
5.3.3. Posse precária	1146	8. Perda da posse	1174
5.3.4. Aplicação jurídica da classificação da posse em justa e injusta	1147	9. Quadro sinótico	1175
5.4. Posse de boa-fé e de má-fé	1148	10. Súmulas e enunciados	1179
5.5. Posse <i>ad interdicta</i>	1149	10.1. Súmulas do STF	1179
5.6. Posse <i>ad usucapionem</i>	1149	10.2. Súmulas do STJ	1179
5.7. Posse velha e posse nova	1150	10.3. Enunciados das Jornadas do CJF	1180
5.8. Posse imemorial	1150	11. Questões	1180
5.9. Posse <i>pro diviso</i> e <i>pro indiviso</i>	1150	12. Gabarito	1181
5.10. Posse <i>a domino</i> e posse <i>a non domino</i>	1150		
5.11. Posse de direitos	1150	CAPÍTULO III	
6. Aquisição da posse	1151	DIREITOS REAIS	1183
6.1. Aquisição pessoal ou por representação	1152	1. Rol legal	1183
6.2. Constituto possessório	1153	2. Espécies de direitos reais	1185
6.3. Aquisição da posse quanto à origem	1154	2.1. Direitos reais sobre coisas alheias	1185
6.4. Manutenção dos caracteres da posse e a interversão	1154	3. Sistema de aquisição dos direitos reais	1186
6.5. Transmissão da posse	1156	4. Quadro sinótico	1187
6.6. Acessão de posse (<i>Acessio possessionis</i>)	1156	5. Súmulas e enunciados	1188
6.7. Atos de mera tolerância e presunção de posse das coisas móveis	1157	5.1. Enunciados das jornadas do CJF	1188
7. Efeitos da posse	1157	CAPÍTULO IV	
7.1. Direito aos interditos possessórios	1158	PROPRIEDADE	1189
7.1.1. Alegação de domínio na pendência do processo possessório	1159	1. Breve histórico da propriedade	1189
7.1.2. Proteção sumária (ação de força nova) ou ordinária (ação de força velha) da posse	1162	1.1. Surgimento da noção de propriedade privada	1189
7.1.3. Natureza das ações possessórias	1165	1.2. Propriedade como direito absoluto	1189
		1.3. Concepção relativista do direito de propriedade	1190
		2. Conceito	1191
		2.1. Propriedade e domínio	1191

2.2. Propriedade aparente	1192	3.1.4. Espécies de usucapião	1221
2.3. Elementos do direito de propriedade...	1194	3.1.4.1. Usucapião extraordinária ..	1221
3. Limitações ao direito de propriedade.....	1194	3.1.4.2. Usucapião ordinária	1223
3.1. Limitações voluntárias.....	1195	3.1.4.3. Usucapião especial urbana individual e coletiva	1224
3.2. Limitações legais.....	1195	3.1.4.4. Usucapião especial rural....	1228
3.2.1. Direitos de vizinhança	1195	3.1.4.5. Usucapião Administrativa..	1228
3.2.2. Limitações espaciais	1195	3.1.5. Aplicação de institutos da prescrição extintiva sobre a usucapião...	1230
3.2.3. Limitações naturais.....	1196	3.1.6. Aspectos processuais da usucapião	1231
3.2.4. Limitações familiares	1196	3.1.6.1. Eficácia da sentença.....	1231
3.2.5. Limitações administrativas	1197	3.1.6.2. Usucapião como defesa.....	1231
3.2.6. Função social da propriedade ...	1198	3.1.7. <i>Acessio possessionis</i>	1232
3.2.6.1. Elementos da função social da propriedade rural	1199	3.2. Aquisição pelo registro do título	1234
3.2.6.2. Elementos da função social da propriedade urbana.....	1200	3.2.1. Princípios relevantes para os registros de imóveis	1235
3.2.6.3. Consequências do descumprimento da função social da propriedade	1200	3.2.2. O problema do imóvel sem registro	1239
3.2.7. Desapropriação	1202	3.3. Aquisição por acessão	1240
3.3. Limitações judiciais.....	1203	3.3.1. Conceito	1240
4. Multipropriedade ou <i>time sharing</i>	1203	3.3.2. Formação de ilha	1240
4.1. A nova regulamentação da multipropriedade (Lei 13.777/2018)	1205	3.3.3. Aluvião.....	1241
5. Quadro sinótico	1208	3.3.3.1. Aluvião imprópria (art. 1.250, p. único – CC- 1916, art. 539)	1241
6. Súmulas e enunciados	1209	3.3.4. Avulsão	1242
6.1. Súmulas do STJ	1209	3.3.5. Abandono de álveo	1242
6.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1209	3.3.6. Construções e plantações.....	1242
7. Questões.....	1209	3.3.6.1. Noções.....	1242
8. Gabarito.....	1210	3.3.6.2. Plantação ou construção em solo próprio com sementes, plantas ou materiais alheios (art. 1.254).....	1242
CAPÍTULO V		3.3.6.3. Plantação ou construção em terreno alheio (arts. 1.255 a 1.259)	1243
AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE	1211	3.3.6.4. Aquisição da propriedade do solo alheio pelo terceiro plantador ou construtor.....	1244
1. Modos de aquisição da propriedade	1211	3.3.7. Quadros representativos das acessões	1247
1.1. Aquisição derivada	1211	3.3.7.1. Acessões naturais	1247
1.2. Aquisição originária	1211	3.3.7.2. Acessões artificiais.....	1248
1.3. Aquisição a título singular ou universal	1214		
2. Sistemas de aquisição da propriedade	1215		
3. Aquisição da propriedade imóvel	1216		
3.1. Usucapião	1216		
3.1.1. Conceito	1216		
3.1.2. Natureza	1217		
3.1.3. Extensão	1217		

4. Aquisição da propriedade móvel.....	1251	2.1. Interferência determinada pelo interesse público	1281
4.1. Usucapião.....	1251	2.2. Ação demolitória e ação de dano infecto	1281
4.2. Descoberta	1252	3. Árvores limítrofes	1282
4.3. Ocupação.....	1253	4. Passagem forçada.....	1282
4.4. Achado do tesouro	1254	5. Passagem de cabos e tubulações	1283
4.5. Tradição	1254	6. Águas.....	1283
4.5.1. Espécies de tradição	1254	6.1. Águas naturais	1283
4.5.2. Tradição a <i>non domino</i>	1255	6.2. Águas artificiais.....	1283
4.5.3. Tradição originada de negócio inválido	1255	6.3. Águas supérfluas	1283
4.6. Especificação	1256	6.4. Poluição de águas.....	1284
4.7. Confusão, comistão e adjunção.....	1256	6.5. Barragens, açudes e represamento de água	1284
4.7.1. Regras	1257	6.6. Direito de aqueduto ou servidão legal de aqueduto	1284
5. Quadro sinótico	1257	7. Limites entre prédios e direito de tapagem	1285
6. Súmulas e enunciados	1262	8. Direito de construir	1286
6.1. Súmulas do STF.....	1262	8.1. Regras de distância na construção	1286
6.2. Súmulas do STJ	1262	8.2. Regras de construção em linha divisória de imóveis.....	1287
6.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1262	8.3. Proibição de obras prejudiciais à exploração de águas ou à segurança alheia.....	1288
7. Gabarito da questão discursiva	1263	9. Utilização da propriedade vizinha	1288
CAPÍTULO VI		10. Quadro sinótico	1289
PERDA DA PROPRIEDADE	1265	11. Súmulas e enunciados	1292
1. Noções gerais	1265	11.1. Súmulas do STF.....	1292
2. Hipóteses legais.....	1265	11.2. Súmulas do STJ	1292
2.1. Alienação	1265	11.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1292
2.2. Renúncia.....	1265	CAPÍTULO VIII	
2.3. Abandono	1265	CONDOMÍNIO	1293
2.4. Perecimento da coisa	1267	1. Conceito e classificações	1293
2.5. Desapropriação	1267	2. Condomínio geral	1295
2.5.1. Pelo objetivo.....	1267	2.1. Direitos e deveres dos condôminos...	1295
2.5.2. Pelo procedimento	1270	2.2. Administração do condomínio	1297
2.5.3. Pela origem.....	1271	3. Regras sobre o condomínio necessário	1297
2.5.4. Desapropriação e confisco	1275	4. Condomínio edilício	1298
2.5.5. Retrocessão	1275	4.1. Noções gerais	1298
3. Quadro sinótico	1276	4.2. Instituição e constituição do condomínio	1299
4. Súmulas e enunciados	1277	4.3. Direitos e deveres dos condôminos...	1301
4.1. Súmulas do STJ	1277		
4.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1278		
CAPÍTULO VII			
DIREITOS DE VIZINHANÇA.....	1279		
1. Natureza jurídica e principiologia	1279		
2. Uso anormal da propriedade.....	1280		

4.4. Outras regras	1306	2.1. Conceito	1333
4.5. Condomínio de lotes	1309	2.2. Características	1334
5. Fundo de investimento.....	1309	2.3. Formas de constituição	1334
6. Quadro sinótico	1311	2.4. Classificação	1335
7. Súmulas e enunciados.....	1313	2.5. Exercício das servidões.....	1336
7.1. Súmulas do STJ	1313	2.5.1. Direito de conservação.....	1336
7.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1313	2.5.2. Livre exercício da servidão.....	1336
8. Questões.....	1314	2.5.3. Remoção da servidão	1336
9. Gabarito.....	1314	2.5.4. Restrição ao exercício da servidão.....	1336
CAPÍTULO IX		2.5.5. Proteção possessória das servidões	1337
PROPRIEDADE RESOLÚVEL.....	1315	2.6. Extinção das servidões	1338
1. Conceito	1315	2.6.1. Regra geral.....	1338
2. Hipóteses.....	1315	2.6.2. Cancelamento judicial	1338
2.1. Propriedade resolúvel	1315	2.6.3. Extinção por confusão, convenção ou não uso.....	1338
2.2. Propriedade resolvida por causa superveniente ou propriedade <i>ad tempus</i>	1317	2.7. Servidão ambiental.....	1339
3. Propriedade fiduciária	1318	3. Usufruto	1340
3.1. Conceito	1318	3.1. Conceito e características.....	1340
3.2. Requisitos	1319	3.1.1. Distinção com outros institutos....	1341
3.3. Desdobramento da posse.....	1320	3.1.2. Modos de constituição	1341
3.4. Vencimento da dívida	1321	3.2. Espécies de usufruto	1343
4. Quadro sinótico	1324	3.3. Direitos do usufrutuário	1344
5. Súmulas e enunciados.....	1325	3.3.1. Regra geral.....	1344
5.1. Súmulas do STJ	1325	3.3.2. Direito aos frutos.....	1344
5.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1325	3.3.3. Direito de arrendar/ Proibição de modificação da destinação econômica.....	1344
CAPÍTULO X		3.3.4. Direito de crescer	1345
DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS ...	1327	3.4. Deveres do usufrutuário.....	1345
1. Noções gerais	1327	3.4.1. Dever de conservação	1345
2. Forma de constituição	1327	3.4.2. Reparações extraordinárias	1345
3. Quadro sinótico	1328	3.4.3. Dever de ciência quanto às lesões	1346
CAPÍTULO XI		3.4.4. Pagamento do seguro.....	1346
DIREITOS REAIS DE GOZO OU FRUIÇÃO... 1329		3.4.4.1. Destruição de edifício sujeito a seguro	1346
1. Direito de superfície	1329	3.4.4.2. Desapropriação do prédio sujeito a usufruto	1346
1.1. Conceito e requisitos.....	1329	3.5. Extinção do usufruto	1346
1.2. Direitos e deveres do superficiário....	1330	4. Uso	1347
1.3. Extinção do direito de superfície.....	1332	4.1. Conceito	1347
1.4. Constituição de direito de superfície por pessoa jurídica de direito público interno.....	1333		
2. Servidões	1333		

4.2. Regras	1348	2.7. Vencimento antecipado da dívida garantida	1371
4.3. Concessão de uso especial para fins de moradia (Código Civil, art. 1.225, XI)	1348	2.8. Transitoriedade.....	1372
4.4. Concessão de direito real de uso (Código Civil, art. 1.225, XII).....	1349	3. Disposições gerais.....	1372
5. Habitação	1349	3.1. Prazo máximo do direito de retenção do credor anticrético	1372
5.1. Conceito	1349	3.2. Requisitos de eficácia do contrato constitutivo da garantia	1372
6. Laje	1350	3.3. Garantia prestada por terceiro	1372
7. Quadro sinótico	1352	3.4. Proibição do pacto comissório	1373
8. Súmulas e enunciados	1357	3.5. Caráter quirografário do saldo remanescente.....	1373
8.1. Súmulas do STF.....	1357	3.6. Remição da garantia	1373
8.2. Súmulas do STJ	1357	4. Penhor	1373
8.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1357	4.1. Penhor em geral	1373
9. Gabarito da questão dissertativa.....	1357	4.1.1. Conceito	1373
CAPÍTULO XII		4.1.2. Pluralidade de penhores e subpenhor	1374
DIREITO REAL DE AQUISIÇÃO –		4.1.3. Espécies de penhor	1374
DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR...	1359	4.1.4. Direitos do credor pignoratício.....	1375
1. Noções introdutórias.....	1359	4.1.5. Deveres do credor pignoratício	1375
2. Natureza jurídica	1359	4.1.6. Extinção do penhor	1376
3. Regras	1361	4.2. Penhores especiais	1376
4. Cessão da posição contratual	1363	4.2.1. Penhor rural.....	1376
5. Extinção	1364	4.2.2. Penhor industrial e mercantil	1376
6. Quadro sinótico	1366	4.2.3. Penhor de direitos e títulos de crédito	1377
7. Súmulas e enunciados	1367	4.2.3.1. Penhor de direitos	1377
7.1. Súmulas do STF.....	1367	4.2.3.2. Penhor de títulos de crédito	1377
7.2. Súmulas do STJ	1367	4.2.4. Penhor de veículos	1377
7.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1367	4.3. Penhor legal.....	1377
8. Questões.....	1367	5. Hipoteca	1378
9. Gabarito.....	1368	5.1. Conceito	1378
CAPÍTULO XIII		5.2. Classificação da hipoteca.....	1378
DIREITOS REAIS DE GARANTIA.....	1369	5.3. Princípios	1379
1. Conceito	1369	5.4. Regras	1380
2. Princípios	1369	5.4.1. Aquisição do imóvel hipotecado	1380
2.1. Vinculação do bem dado em garantia.....	1369	5.4.1.1. Remição.....	1380
2.2. Capacidade do sujeito e idoneidade do objeto	1369	5.4.2. Prazo da hipoteca	1380
2.3. Acessoriedade	1371	5.4.3. Hipoteca para garantia de dívida futura	1380
2.4. Direito de preferência ou prioridade	1371		
2.5. Direito de sequele	1371		
2.6. Indivisibilidade da garantia.....	1371		

5.4.4. Loteamento do imóvel hipotecado	1380
5.5. Hipoteca legal	1381
5.6. Registro da hipoteca	1381
5.7. Extinção da hipoteca	1381
5.8. Hipoteca de vias férreas	1382
6. Anticrese	1382
6.1. Conceito	1382
6.2. Direitos do credor anticrético	1382
6.3. Deveres do credor anticrético	1383
6.4. Aquisição de imóvel objeto de anticrese	1383
7. Quadro sinótico	1383
8. Súmulas e enunciados	1387
8.1. Súmulas do STJ	1387
9. Questões	1387
10. Gabarito	1388
11. Anexo – Principais prazos relativos ao direito das coisas	1388

PARTE VII DIREITO DE FAMÍLIA

CAPÍTULO I

NOÇÕES CONCEITUAIS	1393
1. Direito de Família	1393
1.1. As várias famílias	1394
1.1.1. Família matrimonial	1394
1.1.2. Família natural	1395
1.1.3. Família homoafetiva	1395
1.1.4. Família monoparental	1395
1.1.5. Família anaparental	1395
1.1.6. Família pluriparental	1395
1.1.7. Família de um único indivíduo	1395
1.1.8. Família Plúrima	1396
1.2. Princípios aplicados ao Direito de Família	1396
1.2.1. Princípio da dignidade da pessoa humana	1396
1.2.2. Princípio da solidariedade familiar	1396
1.2.3. Princípio da função social da família	1397
1.2.4. Princípio da afetividade	1397

1.2.5. Princípio da isonomia conjugal ..	1397
1.2.6. Princípio da dissolubilidade do vínculo	1398
1.2.7. Princípio da não intervenção ou princípio da liberdade	1398
1.2.8. Princípio do livre planejamento familiar	1399
1.2.9. Princípio da paternidade responsável	1399
1.2.10. Princípio do maior interesse da criança	1399
1.2.11. Princípio da igualdade jurídica de todos os filhos	1400
1.2.12. Princípio da monogamia	1401

2. A divisão do direito de família e sua formalidade	1401
3. Quadro sinótico	1402
4. Súmulas e enunciados	1402
4.1. Súmulas do STF	1402
4.2. Súmulas do STJ	1402
4.3. Enunciados das Jornadas do CJF	1402
5. Questões	1402
5.1. Questões objetivas	1402
6. Gabarito	1403

CAPÍTULO II

CASAMENTO	1405
1. Casamento	1405
2. Conceito	1405
3. Natureza Jurídica do Casamento	1406
4. Requisitos essenciais do casamento	1406
5. Capacidade para o Casamento	1408
6. Esponsais, Promessa de Casamento ou Noivado	1409
7. Validade do Casamento	1411
7.1. Causas impeditivas	1412
7.2. Causas suspensivas	1414
8. Da Habilitação para o Casamento	1415
9. Da celebração e realização do casamento	1416
10. Formas Especiais de Casamento	1417
10.1. Casamento civil e religioso	1417
10.2. Casamento em caso de moléstia grave (art. 1.539, CC)	1418
10.3. Casamento <i>in articulo mortis</i> ou casamento nuncupativo ou	

casamento <i>in extremis vitae</i> momentis – iminente risco de vida	1418	CAPÍTULO IV	
10.4. Casamento por procuração	1419	RELAÇÕES DE PARENTESCO.....	1453
10.5. Casamento consular	1419	1. Noções introdutórias	1453
10.6. Casamento putativo	1419	2. Filiação e reconhecimento dos filhos	1454
11. Provas do casamento.....	1420	2.1. Filiação plúrima	1464
12. Invalidade do Casamento	1420	3. Adoção.....	1464
12.1. Casamento nulo (nulidade absoluta).....	1420	3.1. Adoção à brasileira	1468
12.1.1. Casamento contraído por enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.....	1420	3.2. Adoção de nascituro.....	1469
12.1.2. Casamento contraído por infringência de impedimento	1421	4. O poder familiar e o usufruto e administração dos bens dos filhos	1469
12.2. Casamento anulável (nulidade relativa ou impedimentos relativamente dirimentes).....	1421	4.1. A Lei 13.715/18 e a perda do poder familiar	1472
12.3. Casamento inexistente	1424	5. Quadro sinótico	1474
13. Eficácia do casamento	1425	6. Súmulas e enunciados	1475
14. Quadro sinótico	1428	6.1. Súmulas do STF.....	1475
15. Súmulas e enunciados	1431	6.2. Súmulas do STJ	1475
15.1. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1431	6.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1475
16. Questões.....	1431	7. Questões.....	1476
17. Gabarito.....	1432	8. Gabarito.....	1477
CAPÍTULO III		CAPÍTULO V	
DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL	1433	REGIME DE BENS	1479
1. Introito.....	1433	1. Noções introdutórias	1479
2. Separação	1434	2. Separação Obrigatória de Bens	1483
2.1. Separação consensual por escritura pública	1438	3. Pacto Antenupcial.....	1485
3. Divórcio	1438	4. Regime de Comunhão Parcial de Bens	1486
3.1. Conversão de separação em divórcio ...	1439	5. Regime de Comunhão Universal de Bens..	1490
3.2. Divórcio direto	1439	6. Regime de Participação Final nos Aquestos.....	1490
3.3. Divórcio no estrangeiro	1441	7. Separação Convencional de Bens	1491
4. Proteção da pessoa dos filhos	1442	8. Regime Dotal	1492
4.1. Alienação parental.....	1448	9. Quadro sinótico	1493
5. Quadro sinótico	1450	10. Súmulas e enunciados	1494
6. Súmulas e enunciados	1452	10.1. Súmulas do STF.....	1494
6.1. Súmulas do STJ	1452	10.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1494
6.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1452	11. Questões.....	1495
		12. Gabarito.....	1495
		CAPÍTULO VI	
		ALIMENTOS.....	1497
		1. Conceito	1497
		2. Características dos Alimentos.....	1500
		3. Classificação	1502
		3.1. Alimentos provisórios.....	1502

3.2. Alimentos provisionais ou <i>ad litem</i> ...	1503
3.3. Alimentos definitivos	1503
4. Formas de adimplemento da obrigação alimentar	1503
5. Formas de exoneração da obrigação	1506
5.1. Exoneração dos alimentos do filho maior e capaz	1507
6. Irretroatividade dos alimentos	1508
7. Alimentos Gravídicos ou Alimentos do Nascituro	1509
8. Alimentos devidos ao Idoso	1510
9. Obrigação alimentar do guardião e dos herdeiros.....	1510
10. Obrigação Alimentar dos Casais Homoafetivos	1511
11. O Sigilo do pedido	1511
12. A possibilidade de rever os alimentos	1511
13. Alimentos compensatórios.....	1511
14. Quadro sinótico	1512
15. Súmulas e enunciados	1514
15.1. Súmulas do STF.....	1514
15.2. Súmulas do STJ	1514
15.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1514

CAPÍTULO VII

BEM DE FAMÍLIA..... 1515

1. Conceito	1515
2. Bem de Família Voluntário	1515
3. Bem de Família Legal	1516
3.1. Exceções legais ao bem de família.....	1516
4. Impenhorabilidade dos bens móveis.....	1518
5. Fraude	1519
6. Extinção do bem de família	1519
7. Quadro sinótico	1519
8. Súmulas e enunciados	1520
8.1. Súmulas do STJ	1520
8.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1520

CAPÍTULO VIII

UNIÃO ESTÁVEL 1521

1. Noções introdutórias	1521
2. Efeitos Sucessórios do Companheiro.....	1527
3. A conversão da união estável em casamento	1528
4. O direito de acrescer o nome do companheiro	1529

5. Distinções entre união estável e sociedade de fato	1529
5.1. Concubinato	1529
6. Dissolução da União Estável	1531
7. União Homoafetiva.....	1531
8. Quadro sinótico	1534
9. Súmulas e enunciados	1535
9.1. Súmulas do STF.....	1535
9.2. Súmulas do STJ	1535
9.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1535

CAPÍTULO IX

TUTELA E CURATELA 1537

1. Tutela.....	1537
1.1. Exercício da tutela	1538
1.2. Formas de extinção da tutela	1539
2. Curatela	1539
2.1. Curatela do nascituro, do enfermo ou portador de deficiência física...	1541
2.1.1. Tomada de decisão apoiada	1541
3. Quadro sinótico	1542
4. Súmulas e enunciados	1543
4.1. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1543
5. Anexo – Principais prazos relativos ao Direito de Família	1544

PARTE VIII DIREITO DAS SUCESSÕES

CAPÍTULO I

DA SUCESSÃO EM GERAL 1549

1. Conceito de sucessão	1549
2. Classificação da sucessão	1549
2.1. Quanto à fonte de que deriva: legítima ou testamentária	1549
2.2. Quanto aos efeitos: a título universal ou singular	1550
2.3. Sucessões contratuais	1550
2.4. Sucessões irregulares	1551
3. Abertura da sucessão – Princípio da <i>Saisine</i>	1551
4. Quadro sinótico	1552
5. Súmulas e enunciados	1552
5.1. Súmulas do STF.....	1552
6. Questões.....	1552

7. Gabarito.....	1553	8.3. Concorrência do companheiro sobrevivente com outros herdeiros (aplicável antes do julgamento do RE 646721)	1585
CAPÍTULO II		8.3.1. Descendentes (aplicável antes do julgamento do RE 646721) ...	1585
A HERANÇA	1555	8.3.2. Ascendentes e colaterais (aplicável antes do julgamento do RE 646721)	1585
1. Noções gerais	1555	8.4. Companheiro sobrevivente sem concorrentes na sucessão (aplicável antes do julgamento do RE 646721)	1586
1.1. Cessão de direitos hereditários	1556	8.5. A sucessão na união homoafetiva	1587
2. Local da abertura da sucessão.....	1556	9. Quadro sinótico	1588
3. Vocação hereditária.....	1558	10. Súmulas e enunciados	1590
4. Da aceitação e da renúncia da herança	1561	10.1. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1590
4.1. Petição de herança	1563	11. Questões.....	1590
5. Dos excluídos da sucessão.....	1565	12. Gabarito.....	1591
6. Herança jacente e vacante	1567		
7. Quadro sinótico	1567	CAPÍTULO IV	
8. Súmulas e enunciados	1569	DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA.....	1593
8.1. Súmulas do STF.....	1569	1. Do testamento.....	1593
8.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1569	2. Capacidade testamentária ativa	1594
9. Questões.....	1569	2.1. Capacidade testamentária passiva	1595
10. Gabarito.....	1569	3. Das formas de testamento	1596
		3.1. Das formas ordinárias de testamento	1596
CAPÍTULO III		3.1.1. Do testamento público	1596
DA SUCESSÃO LEGÍTIMA	1571	3.1.2. Do testamento cerrado	1597
1. Da ordem da vocação hereditária	1571	3.1.3. Do testamento particular ou hológrafo	1598
2. Da sucessão na classe dos descendentes ..	1571	4. Dos codicilos.....	1599
3. Da sucessão na classe dos ascendentes	1575	5. Dos testamentos especiais	1601
4. Da sucessão do cônjuge e do companheiro	1576	5.1. Do testamento marítimo e do testamento aeronáutico	1601
5. Da sucessão dos colaterais	1577	5.2. Do testamento militar	1601
6. Dos herdeiros necessários.....	1578	6. Quadro sinótico	1602
7. Direito de representação	1581	7. Súmulas e enunciados	1604
8. A sucessão do companheiro sobrevivente....	1582	7.1. Súmulas do STF.....	1604
8.1. Noções introdutórias.....	1582	7.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1604
8.1.1. Equiparação da sucessão do companheiro à do cônjuge.....	1582	8. Questões.....	1604
8.1.2. Introdução à sucessão do companheiro aplicável antes do julgamento do RE 646721	1583	9. Gabarito.....	1605
8.2. Requisitos para o direito sucessório do companheiro (aplicável antes do julgamento do RE 646721)	1584		
8.2.1. União estável (aplicável antes do julgamento do RE 646721) ...	1584	CAPÍTULO V	
8.2.2. Bens adquiridos onerosamente na constância da união (aplicável antes do julgamento do RE 646721)	1584	DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS	1607
		1. Noções gerais	1607

2. Legado	1608	4. Pagamento das Dívidas.....	1628
2.1. Classificações do legado	1609	5. Colação	1628
2.1.1. Legado alternativo	1609	6. Partilha	1630
2.1.2. Legado a título universal	1609	7. Sobrepartilha	1631
2.1.3. Legado a termo.....	1609	8. Inventário extrajudicial ou administrativo.....	1632
2.1.4. Legado com encargo ou modal..	1609	9. Inventário negativo.....	1632
2.1.5. Legado condicional.....	1609	10. Quadro sinótico	1633
2.1.6. Legado de alimentos	1609	11. Súmulas e enunciados	1633
2.1.7. Legado de coisa certa	1609	11.1. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1633
2.1.8. Legado de crédito e quitação de dívida	1609	12. Anexo – Principais prazos relativos ao Direito das Sucessões e às disposições finais e transitórias do Código Civil.....	1634
2.1.9. Legado de usufruto.....	1610		
2.1.10. Legado de imóvel.....	1610		
2.2. Efeitos do legado	1610		
2.3. Caducidade do legado	1611		
3. Direito de acrescer entre herdeiros e legatários.....	1612		
4. Substituições sucessórias	1612		
4.1. Classificação	1613		
4.1.1. Substituição vulgar ou ordinária...	1613		
4.1.2. Substituição recíproca	1613		
4.1.3. Substituição compendiosa.....	1613		
4.1.4. Substituição fideicomissária	1613		
5. Deserdação.....	1614		
6. Redução das disposições testamentárias ..	1615		
7. Revogação dos testamentos	1616		
7.1. Rompimento do testamento	1617		
8. Testamenteiro.....	1617		
8.1. Espécies e capacidade dos testamenteiros	1618		
8.2. Direitos e obrigações do testamenteiro	1620		
8.3. Da remuneração	1621		
8.4. Da extinção.....	1622		
9. Quadro sinótico	1622		
10. Súmulas e enunciados	1624		
10.1. Súmulas do STF.....	1624		
10.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1624		

CAPÍTULO VI

DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA..... 1625

1. Diferença entre inventário e partilha	1625
2. Inventário	1625
3. Dos sonogados.....	1627

ANEXOS

ANEXO I – LGPD

LEI 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 1639

1. Introdução	1639
2. Conceitos básicos	1639
3. Diretivas da proteção de dados	1640
3.1. Consentimento	1640
3.2. Atos e sujeitos submetidos à proteção de dados.....	1642
3.3. Sanções comináveis.....	1643

ANEXO II – LRJET

LEI 14.010, DE 10 DE JUNHO DE 2020..... 1645

1. Introdução	1645
2. Início da vigência do RJET	1645
3. Prescrição e decadência	1646
4. Pessoas jurídicas de direito privado	1647
5. Resilição, resolução e revisão dos contratos	1648
5.1. Suspensão do direito de arrependimento nas relações de consumo	1649
6. Vedação de liminares em ações de despejo.....	1649
7. Suspensão dos prazos de usucapião.....	1650
8. Condomínios edilícios.....	1650
9. Regime concorrential	1651
10. Direito de família e sucessões	1652
11. Disposições finais	1653

BIBLIOGRAFIA..... 1655